

Auto

A mamata é supra-ideológica

Carlos Alberto Sardenberg

As empresas que vinham pagando rigorosamente em dia suas contribuições à Previdência Social já fizeram o papel de trouxas. Perderam dinheiro. As empresas que não pagaram — e que assim apropriaram-se ilegalmente do dinheiro da Previdência — ganharam dinheiro. Foram anistiadas de juros e multas e ainda podem pagar os débitos em suaves parcelas. Agora a Constituinte está a ponto de criar uma nova categoria de trouxas, as pequenas empresas que pagaram suas dívidas com os bancos nos últimos anos. As devedoras poderão ser perdoadas por uma anistia cuja conta vai acabar sendo paga pelo Tesouro, isto é, por todos nós, os palhaços nacionais.

A injustiça dessa situação é flagrante, mas fica ainda mais evidente quando se examina a história recente da administração de uma empresa trouxa e de outra esperta. Tomemos o caso de duas empresas pequenas, quase médias, que na animação do Plano Cruzado, em 1986, tomaram empréstimos para expandir suas atividades. Confrontadas com a crise que se seguiu em 1987, com queda de vendas e inflação, retornando inevitavelmente a correção monetária, essas empresas passaram a carregar um enorme custo financeiro. Como administrar a crise?

Uma delas entrou em processo de saneamento. Seu gerente enxugou a administração, controlou as atividades, adequando-as a um mercado em retração e, utilizando os fantásticos ganhos do período anterior ou, ainda, vendendo patrimônio, saldou os empréstimos. Matou assim sua principal dificuldade, o custo financeiro. Pôde assim manter-se saudável no mercado, e hoje, com uma pequena retomada, está sólida e capitalizada, com

todos os impostos em dia, inclusive as contribuições ao IAPAS, da Previdência Social. Trata-se daquela contribuição que é descontada do salário dos empregados, em folha, e à qual a empresa acrescenta sua parte, para então recolher ao IAPAS.

A segunda empresa do nosso exemplo fez exatamente o contrário. Seu administrador embolsou os ganhos obtidos no período da euforia e, por exemplo, adquiriu novo patrimônio, mas em área diferente daquela à qual se dedicava a empresa original, afundada em dívidas bancárias. Separou, portanto, as atividades. Deixou uma com o enorme custo financeiro crescendo exponencialmente, e criou outra, com os ganhos da primeira, livre de encargos passados.

A empresa endividada sofre uma administração suja e ilegal. Primeira providência: suspendem-se os recolhimentos de impostos e taxas, inclusive o da Previdência, que é um ótimo negócio. A empresa desconta em folha a parte dos empregados e não recolhe ao IAPAS. Fica com o dinheiro — uma apropriação indébita — e, por exemplo, aplica no *open market*, ou mesmo numa caderneta de poupança, que paga correção monetária mais os juros. E assim vai levando, mais ou menos como o Brasil, enrolando a dívida com os bancos.

Passa-se 1987, começa 1988 e — mamata à vista — a Previdência anuncia sua anistia. Quem se apresentar e pagar os atrasados, pode saldar a dívida com correção, mas sem juros e multas, e em parcelas. Se o gerente da empresa suja, nesse ano e meio, aplicou o dinheiro da Previdência na poupança, já ganhou pelo menos os juros. Se especulou bem e obteve ganhos bem acima da correção monetária, então agora está contabilizando um bom lucro financeiro. Mamou nas tetas do Estado. E, de

quebra, está perdoado do crime de apropriação indébita de impostos que cometia todos os meses.

O administrador que pagou em dia deve vestir o uniforme de trouxa, demitir-se e dar o lugar para o espertinho que ganhou nas costas do Tesouro Nacional. Ou pode tornar-se um outro espertinho, tentação que certamente lhe passará pela cabeça neste mês, quando estiver à sua frente, para assinar, o cheque com os recolhimentos da Previdência.

Ainda não acabou. Nem bem saiu o lance da Previdência, a Constituinte ameaça dar anistia para as pequenas empresas com débitos nos bancos. Pode ser até melhor que a do IAPAS, pois vai perdoar a correção monetária, a parte maior. E aí o administrador sério e competente verificará que, literalmente, jogou fora seu patrimônio para pagar uma dívida que seria tornada sem efeito. Um bestalhão — é como se sentirá.

Mas essa qualificação não se aplica apenas — apenas — aos bons pagadores. Vale para todos os brasileiros, excetuados aqueles poucos espertinhos que não pagam. É que os bancos têm um crédito contra as empresas e o crédito é patrimônio. Quer dizer, se a Constituinte, uma instância do poder público, interfere nos contratos privados entre banco e empresa, para dizer que esta não precisa mais pagar aquele, é claro que o banco vai recorrer aos tribunais para cobrar a conta do poder público. Sobra, portanto, para o Tesouro que, como se sabe, vive com os impostos que os trouxas pagam. O sujeito que pagou em dia é, portanto, duas vezes palhaço: uma porque pagou e a outra porque seu dinheiro será utilizado para saldar a conta dos que não pagaram. Quem não tinha dívidas com os bancos nem recolhe nada para a Previdência, é só uma vez palhaço.

Há situações em que certas empresas ou mesmo todo um setor precisam receber alguma ajuda excepcional. Mudanças bruscas no quadro econômico podem levar à iminência do desastre mesmo empresas muito bem administradas. Essas situações, entretanto, devem ser tratadas individualmente, não por uma norma constitucional, ainda que provisória. A anistia de dívidas beneficia os produtores rurais pendurados em bancos, sob o argumento de que a correção monetária catapultada pela inflação elevada, inviabiliza o pagamento dos financiamentos. A dívida, pela correção, crescerá mais que os ganhos com a venda dos produtos. Ora, ocorre que muitos produtos agrícolas tiveram preços subindo acima da inflação e da correção. Não pode haver inadimplência aqui. Se o produtor obteve preços acima da inflação, e ainda assim não pagou o financiamento, imagine-se o lucro que alcançará com a anistia da Constituinte. A ajuda, portanto, deveria ser examinada caso a caso, além de ser proporcional ao tamanho do prejuízo e às disponibilidades do Tesouro, como propõe aliás o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega.

Conceder a anistia geral, e ainda por cima eliminar a correção monetária dos financiamentos à agricultura, que já não paga impostos, é uma dessas mamatas cuja idéia não nasce nem à direita nem à esquerda, mas brota do espírito do nosso capitalismo. Consiste em meter os lucros, mesmo os ilegais, no bolso e mandar a conta para o Estado. É um espírito universal: a anistia e o fim da correção tem votos à direita e à esquerda.

A mamata é pluripartidária e supra-ideológica. Viva o Brasil.

Carlos Alberto Sardenberg é repórter da sucursal do JORNAL DO BRASIL em São Paulo